

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.585 - AC (2018/0202795-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : **CEZAR CORREIA DE QUEIROZ**  
**ADVOGADO** : **JERÔNIMO LIMA BARREIROS - AC001092**  
**RECORRIDO** : **BANCO DA AMAZONIA SA**  
**ADVOGADOS** : **MÁRCIA FREITAS NUNES DE OLIVEIRA - AC001741**  
: **LÚCIO BRASIL COELHO JÚNIOR - AC004332**

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EXTINTA POR INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM SER FIXADOS COM BASE NO PROVEITO ECONÔMICO, E NÃO POR EQUIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (BANCO) ajuizou execução de título executivo extrajudicial contra CEZAR CORREIA DE QUEIROZ (CEZAR) no valor de R\$ 970.033,79 (novecentos e setenta mil, trinta e três reais e setenta nove centavos) (e-STJ, fls. 1/5).

A sentença extinguiu o processo, sob o entendimento de que determinação judicial para renegociação da dívida tornaria o título inexigível. Na oportunidade, condenou o BANCO ao pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 10% do valor da execução (e-STJ, fl. 183).

O BANCO apelou, aduzindo que a verba honorária seria excessiva, mas o TJAC negou provimento ao recurso e, em razão disso, majorou os honorários advocatícios em 1%, na forma do art. 85, § 11, do NCPC.

Referido acórdão recebeu a seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO PROCESSO EXECUTIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS NO PERCENTUAL MÍNIMO SOBRE O VALOR DA CAUSA. SENTENÇA MANTIDA. ART. 85, § 2º DO CPC.*

*1. Estando os honorários advocatícios arbitrados em percentual mínimo e de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação, não há como acolher pedido de redução ao fundamento de serem exorbitantes. Exegese do art. 85, § 2º, do CPC.*

*2. Apelação desprovida (e-STJ, fl. 217).*

CEZAR opôs embargos, sustentando que a majoração dos honorários advocatícios prevista pelo art. 85, § 11, do NCPC deveria ter ocorrido em percentual superior a 1%, sob pena de ofensa ao art. 85, § 3º, do mesmo diploma (e-STJ, fls. 232/234).

Os embargos foram rejeitados (e-STJ, fls. 244/249).

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando que o valor da verba honorária seria excessivo, contrário aos arts. 5º, V, da CF, 884 do CC/02 e 85, §§ 2º e 8º, do NCPC.

CEZAR também interpôs recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional, aduzindo que a majoração da verba honorária em razão do desprovimento da apelação deveria ter se dado em 10% do valor da causa, sob pena de ofensa ao art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Apresentadas contrarrazões ao primeiro recurso especial (e-STJ, fls. 270/274), foram ambos admitidos na origem (e-STJ, fls. 276/277 e 299).

É o relatório.

DECIDO.

### **Do recurso especial do BANCO**

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Nas razões do seu recurso especial, o BANCO alegou que o valor da verba honorária seria excessivo e, portanto, contrário aos arts. 5º, V, da CF, 884 do CC/02 e 85, §§ 2º e 8º, do NCPC.

A indicação de ofensa ao art. 5º, V, da CF não tem passagem em sede de recurso especial, voltado ao enfrentamento de questões infraconstitucionais. Incide, no ponto, a Súmula nº 284 do STF.

Com relação aos dispositivos legais apontados como violados, a pretensão recursal não colhe êxito, porque a Segunda Seção assentou que a verba honorária deve ser fixada prioritariamente com base no valor da condenação, do proveito econômico ou da causa, admitindo-se a aplicação da equidade apenas em casos excepcionais, quando, inaplicáveis os critérios anteriores e o valor da causa for muito baixo ou inestimável.

Confira-se a ementa do referido julgamento:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE*

*PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

*1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.*

*2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).*

*3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.*

*4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).*

*5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do*

*valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.*

*6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.*

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, j. 13/2/2019, DJe 29/3/2019 - sem destaque no original)

No caso dos autos, é possível avaliar o proveito econômico obtido com a extinção da execução, pois ele corresponde ao valor da dívida reclamada. Com efeito, a modificação da verba honorária é pleiteada apenas porque a aplicação do critério legal implicaria e valores excessivos, circunstância que, nos termos do precedente indicado, não seria suficiente.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial do BANCO.

**MAJORO** em 5% o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor do BANCO, na forma do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator